8 | Ribeirão Preto, 19 a 25 de junho de 2025

ECONOMIA

I FI SECA

Projeto aprovado na Câmara veta fumo e bebida em adegas e conveniências

Proposta do vereador Delegado Martinez (MDB) foi aprovada e segue para decisão da Prefeitura; setor teme impacto econômico

EDUARDO SCHIAVONI

A Câmara de Ribeirão Preto aprovou, na última segunda-feira (16), um projeto de lei que restringe o consumo de bebidas alcoólicas e produtos derivados do tabaco no interior de adegas, lojas de conveniência e tabacarias da cidade. A proposta prevê sanções que vão desde advertência por escrito até a cassação do alvará de funcionamento em caso de reincidência grave, e pode impactar 1,4 mil negócios, segundo dados da Associação Comercial e Industrial (Acirp).

O setor de adegas e lojas de conveniência cresceu nos últimos anos, especialmente no período pós-pandemia, com um modelo de negócio que, muitas vezes, combina venda e consumo no local. A limitação pode resultar em perda de clientela e redução do faturamento.

Para o advogado e cientista político Igor Lorençato, especialista em Direito Administrativo, a lei pode ser considerada inconstitucional. Segundo ele, a norma invade competências da União e do Estado ao legislar sobre o comércio de bebidas alcoólicas e tabaco.

PROPOSTA

A proposta, de autoria do vereador Delegado Martinez (MDB), também fixa horários específicos de funcionamento para esses estabelecimentos e prevê penalidades para quem descumprir a norma. Agora, o texto segue para sanção ou veto do prefeito Ricardo Silva (PSD).

A medida foi considerada inconstitucional por dois especialistas em Direito Administrativo ouvidos pelo Jornal Ribeirão. Entre as entidades que representam o comércio, a reprovação foi imediata.

ALÉM DA PROIBIÇÃO DO CONSUMO, A NOVA LEI ESTABELECE OS SEGUINTES HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO:

- De segunda a sexta-feira: das
- 8h às 22h
 Aos sábados: das 9h às 22h
- Domingos e feriados: das 10h

Os estabelecimentos também deverão fixar, em local visível, avisos informando sobre a proibição do consumo, os horários de funcionamento e as penalidades previstas.

JUSTIFICATIVA

Segundo o vereador Delegado Martinez, a lei busca coibir o consumo abusivo de álcool e tabaco, além de evitar aglomerações em locais inadequados.

"A proibição de bebidas alcoólicas e produtos derivados do tabaco no interior dos estabelecimentos está alinhada à legislação municipal e tem como objetivos coibir práticas que possam estimular o consumo abusivo e promover aglomerações inadequadas", justificou o parlamentar.

PENALIDADES PREVISTAS

- · Advertência por escrito
- · Multa pecuniária (valor será definido por regulamentação futura)
- Suspensão temporária das atividades
- Cassação do alvará de funcionamento, em casos de reincidência grave

Entidades criticam e pedirão veto

Procurada, a Associação Comercial e Industrial (Acirp) se posicionou contra a aprovação da lei. A entidade avalia que a medida pode causar impactos econômicos significativos, especialmente para micro e pequenos empreendedores que dependem da venda para consumo imediato.

"Em Ribeirão Preto, existem cerca de 1,4 mil estabelecimentos formais que podem ser diretamente afetados pela medida, o que pode favorecer o crescimento do comércio clandestino", afirmou a entidade em nota.

As entidades defendem o veto integral ao projeto.

"Além disso, o projeto apresenta flagrante inconstitucionalidade ao impor restrições genéricas e desproporcionais ao funcionamento dos estabelecimentos, contrariando princípios constitucionais e legais que garantem um ambiente econômico livre e competitivo."

O Sincovarp (Sindicato do Comércio Varejista de Ribeirão Preto) e a CDL Ribeirão Preto (Câmara de Dirigentes Lojistas) também demonstraram preocupação com os efeitos da lei sobre o setor.

"Faltou, ao vereador autor do projeto, um debate prévio, amplo e transparente com as entidades representativas do comércio varejista e com os empreendedores prejudicados", avaliou a entidade.

"Entendemos, ainda, que o referido projeto de lei fere o princípio da liberdade econômica (previsto em lei federal), o pleno direito ao exercício da atividade comercial e generaliza a questão, classificando de forma pejorativa esses estabelecimentos — que pertencem a segmentos econômicos importantes para o comércio e para a economia local", disse a entidade.

A entidade informou que pedirá ao prefeito Ricardo Silva (PSD) que vete a proposta aprovada pelo Legislativo.

PARA ESPECIALISTA, PROJETO TEM VÍCIO DE INICIATIVA

Segundo o advogado, mestrando em Direitos Difusos e Cidadania, e cientista político Igor Lorençato, o projeto aprovado apresenta inconstitucionalidade e vícios de iniciativa.

"A assimetria não tem qualquer base sanitária ou empírica: não há estudo que comprove que a aglomeração em um bar seja mais segura do que em uma adega, ou que o ruído proveniente de um estabelecimento seja intrinsecamente diferente do ruído de outro apenas por causa da nomenclatura adotada em seu alvará", afirma.

Para o especialista, a norma apresenta ainda vício de iniciativa. "Criar nova licença, alterar o regime de fiscalização e introduzir sanções administrativas são temas que, segundo reiterada jurisprudência dos tribunais, competem ao Executivo. Quando a iniciativa parte de um vereador, o projeto já nasce comprometido", afirma.

SUSTENTABILIDADE

Tecnologias limpas e o futuro energético: Ribeirão Preto na vanguarda do PATEN?

FERNANDO DE LIMA CANEPPELE*

caneppele@usp.b

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
DEIXOU DE SER UM DEBATE
FUTURISTA PARA SE TORNAR
UMA REALIDADE URGENTE E UM MOTOR
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
GLOBAL. NO BRASIL, INICIATIVAS COMO
O RECÉM-DISCUTIDO PROGRAMA
DE ACELERAÇÃO DA TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA (PATEN) SURGEM COM
A PROMESSA DE IMPULSIONAR O
PAÍS RUMO A UMA MATRIZ MAIS
LIMPA E SUSTENTÁVEL, FOMENTANDO
INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIAS
INOVADORAS.

Diante desse cenário, uma pergunta se impõe: qual será o papel de Ribeirão Preto? Seremos protagonistas na captação de recursos e na vanguarda da inovação, ou meros espectadores das transformações que o PATEN e programas similares podem catalisar?

Ribeirão Preto possui um potencial invejável. Nossa cidade é abençoada com uma alta incidência solar, uma das maiores do Brasil, o que já tem incentivado a proliferação de painéis solares em residências e empresas. Somos, historicamente, um polo de bioenergia, com vasta experiência na produção de etanol e outras formas de energia a partir da biomassa. Esses são trunfos poderosos na corrida pela descarbonização e pela atração de investimentos verdes. Eventos como a Agrishow, por exemplo, já começam a timidamente destacar soluções energéticas mais limpas para o campo, mas será que estamos aproveitando todo o potencial dessa vitrine?

Um programa com o escopo do PATEN visa, essencialmente, destravar investimentos e acelerar a implementação de projetos que vão desde a geração de energia renovável em larga escala até a modernização de redes e o fomento à mobilidade elétrica. Para uma cidade como Ribeirão Preto, isso significa uma janela de oportunidade gigantesca. Estamos falando da chance de atrair indústrias de componentes para o setor de energia solar e eólica, de expandir o uso de biogás e biometano, de modernizar nossos edifícios públicos para alcançar maior eficiência energética, e até mesmo de nos tornarmos um centro de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias limpas.

Contudo, não basta ter potencial; é preciso estratégia e ação. Estarão nossas lideranças políticas e empresariais atentas e articuladas para apresentar projetos robustos que se qualifiquem para os incentivos do PATEN? Ou ficaremos esperando que as oportunidades batam à nossa porta, correndo o risco de vê-las escoar para outras regiões mais proativas? A transição energética exige mais do que discursos; demanda planejamento, investimento em infraestrutura, capacitação de mão de obra e um ambiente regulatório que favoreça a inovação.

O debate é crucial: estamos apenas acompanhando as notícias sobre o PATEN ou já estamos nos estruturando para sermos um polo de referência? A criação de linhas de crédito específicas por instituições financeiras é um passo, mas a ambição local precisa ir além. Precisamos de um ecossistema que integre universidades, empresas, poder público e a sociedade civil, todos engajados em transformar Ribeirão Preto em um verdadeiro laboratório e exportador de soluções sustentáveis.

A transição energética é uma jornada coletiva. O PATEN e outros programas de fomento são ferramentas valiosas, mas o protagonismo de Ribeirão Preto dependerá da nossa capacidade de inovar, colaborar e, principalmente, de ousar. Temos sol, biomassa, conhecimento e uma localização estratégica. A questão é: saberemos transformar esses ativos em um futuro mais limpo, próspero e energeticamente inteligente para todos? Que este seja o momento de acelerarmos nossos próprios motores rumo a essa transformação.

* Engenheiro elétrico, professor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) da USP, em Pirassununga. Especialista em energia sustentável.